

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

ATA Nº 014/2005

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho de 2005 (dois mil e cinco), às 18:30 horas (dezoito horas e trinta minutos), na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Sul, RS, com a presença de 9 (nove) Vereadores, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo. O Presidente **ADAIR BERNARDO DA SILVA** iniciou a sessão saudando a todos e invocando o nome de Deus. Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente registrou o falecimento do suplente de vereador Ireno Ferreira França, ocorrido tragicamente no último dia 7, e pediu um minuto de silêncio em sua homenagem, lembrando que este assumiu uma cadeira pelo período de trinta dias na legislatura anterior, durante licença do titular. Como os Vereadores em sessão, com antecedência receberam a **Ata Nº013/2005**, com conseqüente leitura e análise da mesma: Antes da votação, o vereador Leandro Johner solicitou a retirada do aparte da colega Adriana da Rosa após seu pronunciamento. O Presidente explicou que o aparte foi registrado até o momento em que o vereador levantou questão de ordem e manifestou sua negativa em concedê-lo. Colocado em votação o pedido, este foi rejeitado por 5 (cinco) votos contrários e 4 (quatro) favoráveis, proferidos pelos vereadores Paulo Alexandre Mallmann, Leandro Johner, Ubirajara Marques e Décio Reiter. Colocada em votação, a ata nº013/2005 foi **aprovada com 7 (sete) votos favoráveis e 1 (um) contrário**, proferido pelo vereador Leandro Johner. **EXPEDIENTE:** Foram lidas correspondências recebidas no período de 7 a 20 de julho de 2005, merecendo destaque: Ofício do Gabinete do Prefeito de Cruzeiro do Sul nº130/2005 que responde o Pedido de Informações 004/2005. Of. Circ. nº5/05 da Câmara dos Deputado que informa a criação da Comissão Especial destinada a analisar as proposições em trâmite referentes a assuntos que tratam das atividades da SERASA – Centralização de Serviços de Bancos S/A. Comunicado nºCM100569/2005 do Ministério da Educação informando a liberação de R\$7.119,26 destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ofício nº04/05 da Câmara dos Deputados que informa a criação de Comissão Especial para apreciar projeto de lei que institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto e dá outras providências. Ofício nº1719/GM/MT do Ministério dos Transportes que informa sobre solicitação de duplicação de trecho da BR386. Indicação nº029/2005 subscrita pelo vereador Décio José Reiter, referente a obras de melhorias na Sociedade Esportiva 25 de Julho. Indicação nº030/2005 subscrita pelo vereador Paulo Alexandre Mallmann, referente a implantação de ponto de iluminação pública provisório nas proximidades do trevo de entrada da cidade. **TRIBUNA LIVRE:** atendendo convite formulado pelo vereador Leandro Johner e aprovado em plenário na sessão ordinária do dia 18 de maio de 2005, fez uso da Tribuna Livre da Câmara o **Sr. Marcelo Nascimento**, Gerente da unidade do Rio Grande do Sul do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), o qual veio abordar a questão dos direitos autorais devidos por estabelecimentos comerciais em razão do uso de aparelhos de rádio e televisão. Primeiramente o convidado falou da sua satisfação por lhe ser dada uma oportunidade para esclarecer alguns pontos da legislação e divulgar o trabalho da sua entidade. Informou que o ECAD é uma empresa privada, sem fins lucrativos e criada por força da lei federal nº5.988/73 e mantida pela lei federal nº9.610/98. Destacou que a entidade foi criada com o objetivo de defender os direitos dos autores, de forma centralizada. Relatou que antes da criação do ECAD os autores tinham seus direitos defendidos por sociedades às quais se filiavam, sendo que no Brasil existiam um total de doze destas entidades. Disse que da forma anterior à criação do ECAD poderia ocorrer a situação de realização de um evento onde fiscais de várias entidades cobrassem direitos autorais. Mencionou que esta situação motivou a criação do ECAD como órgão central. Falou que atualmente a sede do ECAD é no Rio de Janeiro, tendo vinte e três unidades distribuídos nos estados brasileiros. Explicou que no Rio Grande do Sul a sede fica em Porto Alegre, sendo que em cada micro-região há um agente autônomo credenciado, o qual faz as vezes de fiscal, em conformidade com a

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

legislação. Falou que as atribuições do ECAD se restringem a fiscalização, arrecadação e distribuição dos direitos autorais, referentes a execução pública de obras musicais. Afirmou que o estatuto da entidade não permite outra atividade além destas. Citou a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais em pagarem direitos autorais em razão da execução pública de obras musicais, com fundamento na lei. Grifou o entendimento de que a música, a partir do momento em que é registrada, é uma propriedade móvel do autor. Neste sentido, disse que somente o autor ou pessoa autorizada pode se beneficiar com a obra, esclarecendo que o ECAD é o órgão autorizado por lei para tanto. Falou que os estabelecimentos comerciais abertos a coletividade são obrigados a pagar direitos autorais somente quando sonorizam o ambiente. Em seguida, apresentou dados de universidades que comprovam a influência da música na venda de produtos e serviços, dizendo que isso demonstra a utilização das obras com fim lucrativo por parte das empresas. Concordou que a atividade do ECAD ainda não é conhecida por todos e em muitos casos as visitas dos fiscais causam inconformidades. Informou que Cruzeiro do Sul é atendido pelo agente autônomo credenciado e estabelecido em Santa Cruz do Sul. Afirmou que o ECAD não tem sido tão rigoroso como a legislação lhe permite, pois a atuação dos fiscais tem sido de oportunizar aos comerciantes a retirada do aparelho de rádio/televisão ou pagar a guia da retribuição autoral. Citou que o direito autoral não é um imposto, pois não é obrigação. Disse que a retribuição é devida pelo uso de um bem que não pertence ao comerciante e que este tem o direito de não usar. Mencionou que a jurisprudência dos tribunais já consolidou o entendimento de que os direitos autorais são legítimos e que o ECAD é o órgão autorizado para arrecadar e distribuir, não cabendo alegação de bitributação. Falou que a direito autoral não se confunde com o imposto da radiodifusão pago pelas emissoras, sendo que estas pagam direitos autorais para uso doméstico. Sobre a tabela de cálculos para pagamento dos direitos autorais, citou que a legislação permite ao autor dizer quanto quer receber pelo uso de sua obra. Citou também que existe um regulamento de arrecadação que sistematizou os índices de pagamento por segmento. Disse que, desse modo, cada tipo de empresa ou estabelecimento comercial tem um índice diverso. Comentou que o ideal seria que os comerciantes procurassem o ECAD antes do funcionamento de seu negócio, afim de retirarem os boletos bancários para pagamento dos direitos autorais. Segundo o convidado, sempre acontece o inverso e isso ocasionalmente gera algum conflito, especialmente pelo desconhecimento da legislação. Ressaltou que a competência do ECAD é só no que se refere a execução pública das obras musicais, sendo excluídas as fiscalizações de horários de eventos e festas. Sobre a execução de discos adquiridos por particulares, falou que esta é permitida apenas para uso doméstico, o que vem impresso nos discos. Referiu que a legislação enumera quais são os tipos de estabelecimentos e eventos que devem pagar direitos autorais pela execução de obras musicais em locais públicos. Explicou que uma das poucas formas dos compositores serem remunerados é com o pagamento dos direitos autorais e, por esta razão, têm esse bem protegido. Ressaltou que a composição é o trabalho do autor e daí o direito de ser remunerado. Sobre festas domésticas ou familiares disse que não incide a obrigação do pagamento dos direitos autorais, mas se esta festa for feita em espaço locado o pagamento é devido. Frisou o argumento de que o fator determinante para a cobrança dos direitos autorais é a execução das obras para a coletividade, sendo que o uso particular está isento. Informou que a retribuição devida aos autores deve ser prévia, ou seja, os comerciantes devem primeiro pagar a guia para depois poderem utilizar os aparelhos de rádio e televisão. Relatou que em Cruzeiro do Sul não existe nenhum estabelecimento cadastrado junto ao ECAD. Continuando sua fala, o convidado explicou que as características do estabelecimento e a sua metragem determinam o valor a ser pago e falou também sobre os procedimentos que os empresários devem fazer quando não desejam pagar a retribuição, de modo a não usarem aparelhos de rádio e televisão. Além disso, falou das alterações possíveis na legislação e sobre os prazos para a obra ser de domínio público, bem como sobre a flexibilidade do ECAD frente aos estabelecimentos a quem poderia ser aplicada multa. Comentou que os músicos quando contratados para tocar em festas não pagam direito autoral, sendo este devido pelo promotor do evento. Sobre o percentual dos valores arrecadados pelo ECAD disse que 75% do total é repassado para os autores, sendo 18% gasto na manutenção de sua organização e quadro de pessoal e, por fim, 7% repassado para entidades associativas dos autores. Com relação aos comerciantes que não pagarem pelos direitos autorais devidos, mencionou que estes deverão sofrer uma ação judicial de cobrança. Por fim, registrou que a

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

arrecadação anual do ECAD alcança duzentos e vinte e nove milhões de reais. Após o convidado agradecer o espaço, o Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados. Antes de passar para a apreciação dos projetos em pauta, o Presidente chamou a atenção dos colegas para o que preceitua o art. 75 do Regimento Interno, no que se refere às abstenções. Destacou que estas são permitidas apenas para os casos de suspeição, ou seja, só pode se abster de votar em casos onde poderá haver vantagem pessoal para o vereador ou parentes. **ORDEM DO DIA:** Projeto de Lei Nº037-01/2005 do Executivo **QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2006-2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, aprovado por unanimidade.** Projeto de Lei Nº041-01/2005 do Executivo **QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER DISTRIBUIÇÃO DE TIJOLOS, AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, aprovado por unanimidade.** Projeto de Lei Nº042-01/2005 do Executivo **QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, aprovado por unanimidade com a seguinte emenda ao art. 2º: alteração do caput: ... constituído de 8 (oito) membros e 8 (oito) membros suplentes...; inclusão do inciso VIII com a seguinte redação: Representante do Poder Legislativo, devendo ser o um vereador designado pelo Plenário ou seu Presidente.** Moção 001/2005 de autoria da vereadora Adriana Isabel Gracia da Rosa **QUE MANIFESTA APOIO A CPI DOS PNEUS INSTALADA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE LAJEADO-RS, aprovada por 5 (cinco) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários,** proferidos pelos vereadores Décio Reiter, Ubirajara Marques, Leandro Johnner e Paulo Alexandre Mallmann. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS E USO DA TRIBUNA:** Antes de passar a palavra ao primeiro sorteado, o Presidente solicitou aos demais pares a observância do art. 54 do Regimento Interno, no que se refere aos apartes. Destacou que, a partir desta sessão, fará cumprir as regras regimentais da forma correta, ou seja, os apartes deverão ser solicitados para o orador e autorizados por ele, sendo que este pode anunciar antes do seu pronunciamento que não permitirá apartes. O vereador **PAULO ALEXANDRE MALLMANN** inicialmente lembrou a recente remessa de ofício ao DAER com a solicitação de reparos em buracos na RS130 e destacou a rapidez com que o pedido foi atendido. Agradeceu ao referido departamento estadual pelo serviço prestado, enfatizando a importância da ação preventiva. Sobre a moção que manifesta apoio a CPI dos Pneus, instalada na Câmara de Vereadores de Lajeado, justificou seu voto contrário dizendo que a preocupação dos cruzeirenses têm que se restringir aos problemas locais, embora acredita que os fatos precisam ser apurados no Município vizinho. No mesmo sentido, disse considerar importante que as denúncias de corrupção sejam apuradas em nível federal, classificando a situação como “feia”. Sobre sua indicação para implantação de um ponto de iluminação pública no trajeto compreendido entre o trevo e a câmara mortuária, pediu o apoio da colega vereadora que é líder de governo e contou que muitos moradores estão receosos de passar a noite em tal caminho, devido a escuridão. Disse que essa é uma medida provisória até que se tenha dotação orçamentária para se fazer algo mais completo até o Posto de Combustíveis Santo Antônio, conforme proposição já encaminhada anteriormente. Finalizou sua fala dizendo que compreende as dificuldades por que passa a Administração Municipal, bem como a concessionária AESSul, e espera sensibilizar o Poder Executivo para proceder com a instalação provisória deste único ponto de luz, o qual deverá fazer diferença. O vereador **DÉCIO JOSÉ REITER** teve como primeiro tema sua indicação para que se destine uma verba para a Sociedade Esportiva 25 de Julho. Lembrou que na legislatura anterior apresentou uma proposição com a sugestão de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para a mesma entidade e, na época, o colega José Flávio Wilgen comentou ser baixo o valor, sugerindo que fosse ao menos R\$20.000,00 (vinte mil reais). Disse que o objetivo era colocar tal repasse na Lei de Diretrizes Orçamentárias e pediu que, em nome da sociedade acima referida, a líder de governo acione o Prefeito para tomar as providências neste sentido. Ressaltou que a sociedade enfrenta sérios problemas no pavilhão, o que demonstra a necessidade do auxílio, especialmente porque recentemente entraram no campeonato de bocha do Vale do Sampaio. A seguir, falou sobre a atuação do atleta cruzeirense Luqui da Costa, para quem foi destinado recentemente um auxílio financeiro pela Prefeitura Municipal e aprovado pela Câmara de Vereadores. Agradeceu a Administração Municipal pelo apoio, o qual possibilitou o piloto a participar do campeonato estadual de Veloterra. Mencionou

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

que o aproveitamento do corredor tem sido de 100%, informando que sua colocação no campeonato regional é na liderança, podendo até perder uma ou duas corridas sem maiores prejuízos na classificação geral. Com relação ao campeonato gaúcho, relatou que a única dificuldade é financeira, pois os gastos são elevados com manutenção e deslocamentos. Segundo o Camarista, apesar das dificuldades financeiras, o piloto está animado, pois tem recebido convites bons, como para participar do campeonato sul-brasileiro. Contou que para participar de uma das etapas do sul-brasileiro, ocorrida no Paraná, o piloto recebeu apoio financeiro de um grupo de amigos e que nesta etapa a vitória foi para o cruzeirense. Em razão das dificuldades e dos bons resultados, o Edil fez um chamamento para os empresários da região patrocinarem o jovem Luqui da Costa, destacando seu potencial e dizendo que o seu sonho poderá ser concretizado até o fim. Disse que a participação em três campeonatos requer bastante patrocínio e que o resultado é a divulgação do nome de Cruzeiro do Sul. Informou que no próximo domingo a competição será no município de Marau, onde acontecerá mais uma etapa do campeonato gaúcho e apostou que a vitória será novamente do cruzeirense. O Vereador falou que torcerá para isso acontecer e que estará pessoalmente prestando o seu apoio. Em seguida, cumprimentou a Administração Municipal, através de sua Secretaria de Agricultura, pela implantação da Inspetoria Veterinária, avaliando tal benefício para o agricultor como muito importante. Citou que teve convite para a inauguração e que não pode participar em razão de outro compromisso. Sobre a contratação de um veterinário, disse que seguidamente é cobrado pela disponibilização deste profissional e lembrou comentário do colega Elton Sehn neste sentido. Destacou as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em razão da falta de um veterinário, comentando que cada chamada de um profissional particular custa na média de R\$50,00 a R\$100,00. Demonstrou sua expectativa com a breve contratação do profissional, afirmando que isso deverá facilitar os trabalhos dos agricultores. Por fim, pediu o empenho do Poder Executivo para que tal contratação aconteça no menor lapso de tempo possível. O vereador **UBIRAJARA DA SILVA MARQUES** deu início ao seu pronunciamento parabenizando a Secretaria de Obras pelo atendimento dos pedidos dos vereadores. Disse que não se pode cobrar que tudo seja feito de vez e que as demandas estão sendo efetuadas sem levar em consideração o lado político-partidário, pois seus pedidos também estão sendo atendidos. Segundo o Camarista, os serviços estão sendo efetuados conforme o que é bom para o Município. Avaliou o trabalho da pasta como excelente, dizendo ser motivo de orgulho para Cruzeiro do Sul. Em seguida, citou o trabalho do servidor Luciano como muito competente, agradecendo a colocação dos redutores de velocidade e placas de sinalização. Falou que alguns dos seus pedidos foram repetidos por alguns colegas, o que demonstra, na sua opinião, a importância dos mesmos. Mencionou que não importa quem pede e sim que se faça. Lembrou que um dos poucos requerimentos não atendidos foi um pedido de informações sobre o transporte escolar. Solicitou ao Presidente da Câmara o reencaminhamento de tal pedido, para que seja respondido através da Secretaria Municipal de Educação. Após isso, solicitou para a líder de governo contatar a pediatra, afim de esclarecer qual o verdadeiro horário de atendimento. Contou que uma mãe levou seu filho para ser atendido a partir das 5:00 horas, início do atendimento conforme informação da colega vereadora, e teve que esperar até as 8:00 horas. Segundo o Edil, a médica explicou para a referida mãe que seu contrato com a Prefeitura é para atender no horário das 8:00 as 10:00 horas. Dando prosseguimento, informou que o proprietário da empresa A. E. Döör, presente nesta sessão ordinária, está disposto a ofertar transporte para os vereadores participarem de um congresso no município de Foz do Iguaçu. Para finalizar, comentou que ultimamente tem usado pouco a tribuna e sua intenção não é humilhar nem passar por cima de ninguém quando faz críticas ou relata reclamações de munícipes, sendo que desta vez veio agradecer e elogiar as Secretarias de Obras e Agricultura pelo trabalho desempenhado. O vereador **VALDORI BATISTA DA SILVA** primeiramente agradeceu a Secretaria de Obras pela sinalização da Rua Rubem Feldens, bem como pela colocação de uma lombada. Avaliou que este mecanismo de redução de velocidade irá causar menos estragos nos veículos do que o antigo quebra-molas e informou da previsão de se implantar mais algumas lombadas com as mesmas características. Solicitou para a Secretaria de Obras sinalizar a existência de uma lombada uns três dias antes da implantação, afim de alertar para o fato, pois os motoristas foram pegos de surpresa na primeira. Citou que da noite para o dia foi implantada uma na rua acima mencionada e que os motoristas estavam desavisados. Disse que a placa colocada no local

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

não tem boa visibilidade e que alguns motoristas andaram batendo a cabeça no teto por passar em velocidade inadequada. Em seguida, agradeceu ao Secretário de Obras pelo atendimento de seus pedidos e avaliou que estes estão sendo bem feitos. Sobre o pedido de sinalização do cruzamento das ruas Bento Gonçalves e Santa Maria, informou que uma faixa de segurança será pintada, alertando que é preciso também que se pinte a inscrição "Pare" no asfalto. Dando continuidade, demonstrou sua indignação com o ECAD e disse que a cobrança dos direitos autorais pelo uso de rádio e televisão serve para prejudicar os pequenos comerciantes de Cruzeiro do Sul. Falou que as explicações não mudam sua opinião, pois sabe das dificuldades das empresas locais que possuem baixos lucros. Avaliou que em empresas maiores, como as grandes churrascarias de Porto Alegre onde o espeto corrido custa até R\$45,00 (quarenta e cinco reais), possuem condições de pagar a contribuição ao ECAD, uma vez que isto já está embutido no preço cobrado. Destacou que em pequenos restaurantes, onde o preço cobrado por refeição pode custar R\$3,00 (três reais), não há condições de se pagar taxas ou contribuições elevadas. Disse que a cobrança desproporcional sobre os pequenos empresários causa indignação e deve ser objeto de defesa dos vereadores para com suas comunidades. Opinou que tal fato pode enfraquecer o comércio local, pois as vendas podem deixar de ser efetivadas para os próprios comerciantes que desejam ter um aparelho de rádio ou televisão em seu estabelecimento. Sugeriu o encaminhamento de uma manifestação para o Congresso Nacional, por parte de todas Câmaras de Vereadores, afim de buscar solução junto aos deputados e senadores para quem se é cabo eleitoral em épocas de eleições. Classificou a cobrança feita pelo ECAD como abusiva e disse que esta beneficia apenas uma meia dúzia de aproveitadores que se uniram para arrancar dinheiro da população. Enfatizou que é preciso "bocar a boca no trombone" e provocar os deputados e senadores para aprovarem projetos em favor dos pobres e não de meia dúzia de ricos. Por fim, disse que irá oficial os políticos de seu partido neste sentido e solicitou aos colegas para que façam o mesmo. O vereador LEANDRO LUÍS JOHNER abriu seu discurso falando sobre a mobilização do Dia Nacional da Tarifa Cidadã, objeto de matéria do Jornal O Informativo do Vale. Comentou que dificilmente se vê uma empresa buscando baixar o valor cobrado por alguma mercadoria ou uma prestação de serviço, apontando a empresa de transportes A. E. Döör e o Movimento Nacional do Direito ao Transporte como mobilizadores de uma tentativa de se baixar impostos que incidem sobre o serviço de transporte coletivo. Segundo o Edil, a matéria publicada no jornal anteriormente citado demonstra que com a redução de tais impostos a passagem teria um custo reduzido em 50%. Na sua opinião, tal iniciativa é louvável e deve partir também das Câmaras de Vereadores de todo Rio Grande do Sul, acreditando que a soma de esforços poderá dar um bom resultado. Falou que o Presidente Lula tem um bom período de governo pela frente e que possivelmente sairá do mar de lama, podendo ter a atitude decente de reduzir os impostos responsáveis pelos altos preços das passagens, beneficiando desse modo toda comunidade. Neste sentido, disse ser importante que o Poder Legislativo de Cruzeiro do Sul se engaje a causa. Em aparte, o vereador Ubirajara Marques concordou com a importância da iniciativa e destacou que no interior do Município as passagens são mais elevadas do que em itinerários que vão até bairros de cidades vizinhas. O vereador Leandro Johner classificou a iniciativa da empresa A. E. Döör como fundamental e reafirmou que o benefício atingirá toda população, citando que o exemplo deve ser seguido por outros empresários do ramo. Após isso, parabenizou a Administração Municipal pela inauguração do setor de Inspeção Veterinária, destacando que através deste serão expedidas as guias de inspeção de transporte animal, antes obtidas em Lajeado. Com relação ao Processo de Participação Popular, mostrou-se desapontado com a falta de prioridades eleitas para destinar recursos do Estado ao setor da agricultura. Disse que, apesar do baixo número de votantes, a agricultura merecia atenção, especialmente em razão da recente estiagem e dos prejuízos causados por esta. Ressaltou que Cruzeiro do Sul é muito dependente da agricultura e lamentou não ter sido eleita nenhuma prioridade para o setor. Mencionou que o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari deveria possibilitar um debate mais eficiente e individualizado, de modo com que cada município eleja de fato suas prioridades, já que alguns recursos vêm previamente definidos. Sugeriu que na próxima votação seja atentado para a situação da agricultura do Município. Sobre a resposta ao seu pedido de informações referente ao transporte para o evento da terceira idade, ocorrido em Mato Leitão, mostrou-se desapontado e insatisfeito com a falta de conteúdo. Falou que nenhum dos questionamentos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

formulados teve uma resposta completamente definida. O Edil disse ter ficado pasmo com as respostas e com a enrolação que foi feita, comentando que não acredita que tal conteúdo possa ser de autoria do Prefeito, mesmo que este tenha assinado o ofício. Comentou que considera o Prefeito uma pessoa inteligente e incapaz de ter dado tal resposta, pois com o que está dito se afirma que não teve nenhuma participação de funcionários da Administração Municipal. Citou que a pessoa que conduziu o ônibus era sim funcionária do Município e paga por este. Afirmou que a mesma pessoa efetuou a cobrança das passagens e isso comprova o contrário do que está dito no ofício, com relação ao desconhecimento dos valores cobrados. Mencionou que qualquer um dos idosos que participaram do passeio pode testemunhar que o contato foi feito entre os passageiros e a funcionária da Prefeitura, a qual se comunica com os grupos da terceira idade, sendo que estes apenas informam o número de passageiros. Questionou o vínculo de tal funcionária com a Prefeitura, dizendo que esta pode ser entendida como uma “laranja”, se for considerado que não havia nenhum servidor envolvido. Questionou também sobre para quem foi destinado os R\$3,00 (três reais) cobrados dos idosos. Ressaltou que houve sim participação de funcionária da Prefeitura envolvida na organização do passeio e isso não pode ser escondido, bem como deve ser informado sobre a habilitação do motorista, mesmo que o ônibus pertencia a empresa particular, como se sabe. Sobre a capacidade de lotação do ônibus disse que também deveria haver um esclarecimento e na próxima oportunidade deve-se evitar a repetição do excesso de passageiros. Falou estar triste com o ofício recebido, sugerindo ao Prefeito para que refaça a resposta, tendo em vista o que se alega de uma administração transparente. Pediu uma explicação plausível e concreta sobre a realidade dos fatos, dizendo que os idosos participantes estão na expectativa dos esclarecimentos. Em nome de tais idosos, solicitou o envio dos esclarecimentos ou a presença da funcionária envolvida para elucidar os fatos, comentando que isso não configura nenhum tipo de perseguição. Em aparte, a vereadora Adriana da Rosa questionou se o colega possui procuração para falar em nome dos idosos e informou que o grupo de idosos do Bairro Vila Célia não deu autorização para falar em nome deles. O vereador Leandro Johner concluiu seu pronunciamento respondendo que foi eleito para defender os interesses comuns da população e está representando o interesse de alguns idosos que participaram do evento. O vereador **ELTON ROMANO SEHN** inicialmente falou sobre o falecimento do companheiro Ireno Ferreira França, dizendo que esta será uma grande ausência sentida especialmente nos bairros Passo de Estrela e Vila Zwirtes. Contou que seu relacionamento com o colega do Partido dos Trabalhadores foi bastante intenso e que é difícil falar sobre alguém por quem se tem grande respeito e admiração. Contou que já conhecia o companheiro há mais de nove anos e que se tratava de uma pessoa incrível, pois tinha suas limitações financeiras e partidárias, sem nunca ter deixado o partido na mão. Falou que sua morte deixa enlutados, além dos familiares, os moradores dos bairros antes mencionados, companheiros de partido e também a Câmara de Vereadores. Citou que na última reunião mensal do partido um dos assuntos tratados foi sobre o momento em que os suplentes assumiriam o cargo de vereador. Destacou que Ireno iria novamente assumir uma cadeira e, se assim tivesse ocorrido, teria batalhado pelas causas da sua comunidade, que eram suas prioridades. Desse modo, o Camarista externou novamente seus sentimentos e disse que todos sentirão saudades do nobre colega. Sobre o trabalho do ECAD, comentou que em uma das publicações deixadas por seus representantes está dito que se trata de uma entidade privada sem fins lucrativos. Lamentou sua atuação, principalmente pelo fato desta possuir amparo legal. Na sequência, abordou o projeto de lei que cria o Conselho Municipal de Habitação. Lembrou que já existia o Fundo Municipal de Habitação, sendo que faltava a criação do conselho. Considerou importante a emenda solicitada pelo colega Leandro Johner, falando que isso permitirá com que a Câmara de Vereadores também poderá avaliar os investimentos a serem feitos no setor da habitação. Parabenizou a Administração Municipal pelo envio de tão relevante projeto, especialmente porque os recursos estaduais e federais necessitam passar pelo crivo do Conselho Municipal de Habitação. Sobre a ondulação transversal implantada na Rua Emílio Treter Sobrinho, avaliou como sendo de grande valia e lembrou que já pediu a instalação de redutores de velocidade na Rua Dom Pedro II, nas proximidades da Praça Dona Laura. Sugeriu que sejam arrancados todos os “cucurutus” e substituídos pela referida ondulação transversal. Avaliou que tais ondulações são mais eficientes, pois não danificam os pneus e suspensão dos veículos, sendo que os motoristas respeitam muito mais este mecanismo de redução de

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

velocidade. Parabenizou a colega Adriana da Rosa por propor a instalação das ondulações transversais, bem como a Administração Municipal por ter atendido a sugestão. Sobre o projeto de lei que autorizou a distribuição de tijolos, falou que este permitirá a concretização de um projeto antigo de construção de silos e secadores. Enfatizou que este é o início da realização deste projeto, o qual deverá acontecer através do Programa RS Rural, com a contrapartida da Prefeitura na distribuição dos tijolos. Afirmou que os produtores sabem o real valor de um projeto como este e da importância de se ter um espaço adequado para secar e armazenar os grãos. Citou o exemplo da safrinha de milho que representa um empecilho para o armazenamento sem a devida secagem, em função da proximidade do inverno. Ressaltou que o secador é muito útil para os produtores, pois evita a desvalorização dos grãos. Informou que serão ao todo vinte silos e três pequenos aviários familiares beneficiados com o início do programa. Finalizando seu pronunciamento, considerou que isso demonstra mais uma vez que a Administração Municipal está priorizando o setor da agricultura, o qual é responsável por um retorno considerável e imediato. A vereadora **ADRIANA ISABEL GRACIA DA ROSA** primeiramente parabenizou o colega Leandro Johner pelo convite apresentado para um representante do ECAD trazer esclarecimentos sobre o tema dos direitos autorais. Disse que infelizmente as notícias trazidas não foram boas, ressaltando o fato positivo de terem aos menos atendido o convite. Na sua opinião, as cartilhas entregues pela entidade poderiam ter sido encaminhadas anteriormente, no momento em que enviaram a resposta ao requerimento, afim de que todos vereadores pudessem ter estudado um pouco antes e tirar as dúvidas nesta oportunidade. Registrou a arrecadação de 2004 do ECAD, constante no site da entidade, a qual atinge o montante de R\$227.260.841,24 (duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos). Citou que desse total foram distribuídos R\$187.794.536,20 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte centavos) como direitos autorais, sobrando aproximadamente R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a entidade. Avaliou que isso é contrário a idéia de ser uma entidade sem fins lucrativos e supôs que o salário de seus funcionários deve ser muito bom. Após isso, agradeceu ao Poder Executivo pelo atendimento de sua proposição de instalação das ondulações transversais, especialmente ao servidor Luciano Pessi. Informou que inicialmente a experiência seria feita apenas no Bairro Glucostark, sendo que houve possibilidade financeira de se fazer também neste ano no Bairro Vila Zwirtes. Contou que o gasto total com as duas ondulações mais com uma ação "tapa-buracos" em ruas asfaltadas chegou a aproximados R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Sobre a sinalização preventiva nos pontos onde foram colocadas as ondulações, concordou ser importante e explicou que não foi possível divulgar com mais antecedência, pois a empresa avisou um dia antes da disponibilidade em fazer o serviço. Falou que isso se deve ao fato de que tais empresas atuam constantemente em grandes obras e dificilmente sobra tempo para encaixar pequenos serviços. Pediu desculpas em nome da Administração Municipal pela falta de aviso com mais antecedência e comentou que os motoristas também precisam ser mais responsáveis, pois deveriam respeitar os sonorizadores que existiam antes nos pontos de instalação das ondulações. Destacou que, se a velocidade for a adequada, nenhum carro será danificado e nenhum motorista irá bater a cabeça, dizendo que isso irá preservar a integridade dos pedestres, especialmente das crianças. Comentou que ambas as ondulações estão instaladas nas proximidades de escolas com a estratégia de preservar o bem maior que são as crianças. Após isso, disse ter ficado decepcionada com o voto contrário dos colegas de oposição para a moção de sua autoria. Enfatizou que a moção era de apoio e não de repúdio aos colegas vereadores que integram a CPI dos Pneus, instalada no Poder Legislativo de Lajeado. Disse acreditar que o voto contrário dos colegas deve-se ao fato de que o relator e o presidente da referida CPI são colegas de partido. Destacou que sua moção em nenhum momento ofende os colegas e sim apóia a investigação para que se chegue aos nomes dos verdadeiros culpados pelo sumiço dos pneus pertencentes a Prefeitura de Lajeado. Avaliou o episódio como muito triste, dizendo que os nomes dos envolvidos devem ser divulgados, do mesmo modo como os nomes dos investigados em Brasília estão na imprensa. Frisou o fato de que na capital brasileira a CPI está com as investigações avançando, independente de sigla partidária dos investigados. Comentou que não há razões que impeçam a região de conhecer os nomes dos envolvidos, destacando que não se quer chamá-los de culpados e sim de envolvidos. A Camarista finalizou sua fala lembrando que há poucos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

dias foi votada uma moção de Triunfo, sendo que agora o argumento é de que só votariam matérias que dissessem respeito apenas sobre o Cruzeiro do Sul. Estranhou tal postura dizendo que para cada regra pode haver uma exceção ou quando a manifestação puder prejudicar o companheiro o voto será contrário. O vereador **ADAIR BERNARDO DA SILVA** deu início ao pronunciamento dizendo que quer fazer comentários também sobre coisas boas e não apenas sobre problemas. Contou que a Administração Municipal já está com um bom estoque de cascalho para utilizar nas estradas. Agradeceu ao Secretário Municipal de Estradas pelas melhorias feitas na estrada de Linha Lotes, ressaltando que há tempos não se fazia nenhum serviço por lá. Citou também a execução de roçadas que deixaram os moradores daquela comunidade muito satisfeitos. Disse que ainda falam algumas estradas para receberem melhorias, sendo que naquelas onde o serviço já foi executado, este foi bem caprichado. Em seguida, relatou que esteve conversando recentemente com o Sr. Prefeito e este lhe assegurou a construção da câmara mortuária de Linha São Miguel até o mês de setembro. Destacou o fato de que tal reivindicação é das comunidades próximas e que em outros anos o pedido não logrou êxito. Sobre a disponibilização de água potável para as famílias da Linha Lotes que não são atendidas atualmente, disse que também obteve do Prefeito a garantia de que estão sendo buscados recursos para que um poço artesiano seja perfurado em breve. Mostrou-se satisfeito e contente com as palavras do Chefe do Executivo, pelo fato que as famílias mais carentes serão atendidas. Em seguida, relatou visita que fez aos moradores do morro da cidade, quando teve a oportunidade de conversar e ouvir pedidos diversos. Contou que tais moradores se sentem um tanto esquecidos, pois poucas melhorias e obras se faz por ali. Avaliou que o fato de serem negros e pobres não pode desmerecer seus direitos de se ter um local digno para morar. Segundo contaram os moradores, a administração anterior lhes prometeu melhorias e não cumpriu, sendo que até mesmo a estrada está em condições de abandono e não possui iluminação pública. Contou que uma das reivindicações dos moradores do morro é para a instalação de um telefone público, dizendo que irá tentar uma solução junto ao Prefeito. Disse que presenciou a cena de crianças brincando próximo a uma rede de luz, cujos postes de sustentação estão tomados de cupins e podem cair a qualquer momento, causando uma tragédia. Mostrou-se triste com a realidade que testemunhou e falou que os moradores estão cansados de promessas não cumpridas. Disse também que vários assaltos já ocorreram nas proximidades do local, especialmente por faltar iluminação pública. Na sua opinião, algo urgente deve ser feito por aquela comunidade carente, de modo a não deixá-los mais tão abandonados. Com relação aos pedidos dos moradores da Vila Italiana, disse que o principal é para a implantação de um telefone público. Em seguida, parabenizou a colega Adriana da Rosa pela moção de apoio a CPI dos Pneus de Lajeado. Por fim, comentou que, assim como em Brasília, os problemas da nossa região também precisam ser bem esclarecidos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente **Adair Bernardo da Silva** encerrou a sessão convidando a todos para a próxima a realizar-se no dia 10 de agosto de 2005, quarta-feira, no horário das 18:30 horas (dezoito horas e trinta minutos). SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO SUL-RS, AOS 20 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2005.


PAULO ALEXANDRE MALLMANN
Primeiro Secretário


ADAIR BERNARDO DA SILVA
Presidente da Câmara de Vereadores